

VII | 'O Uno e o Múltiplo'

Já consideramos o fato de que, sem aquelas mudanças tanto na natureza quanto na prática social humana, que associamos ao “progresso científico e tecnológico”, qualquer cultura está condenada, cedo ou tarde, ao colapso “entrópico” auto-induzido. Assim, a existência continuada da espécie humana como um todo depende da influência relativamente hegemônica daquelas culturas que elevam a Humanidade como um todo a níveis mais altos de prática científica e tecnológica.

Enfatizamos, assim, que a existência humana, tomada como um todo, requer - entre outros itens, mas, de forma indispensável - a geração, transmissão e assimilação eficiente do progresso científico. Isto deve ocorrer com o efeito específico de acarretar um aumento no poder “per capita” da espécie humana sobre a natureza. Este princípio político define o conteúdo da *ciência da economia física* de Gottfried Wilhelm Leibniz¹.

Deveria ser prontamente reconhecido que as partes empíricas de uma tal *ciência da economia física* têm uma dupla face. Por um lado, o dos *efeitos*, nós estudamos o aumento no poder físico da Humanidade sobre a natureza. Ao mesmo tempo, a *fonte* deste aumento de poder é o progresso científico. Assim, à primeira vista, a economia física não somente mede as alterações no poder “per capita” do homem sobre a

natureza, mas estuda estas alterações como *o efeito material de uma causa espiritual (mental)*.

Esta definição descritiva da economia física nos traz, agora, e diretamente, às mais profundas bases de toda a filosofia europeia clássica e da ciência física. Dirigimo-nos diretamente aos mais profundos princípios quase-axiomáticos sobre os quais o simples conceito do verbo “conhecer” deve estar baseado.

A economia física, como estabelecida de forma exemplar por Gottfried Wilhelm Leibniz, é o aspecto da ciência física como um todo que trata *mais diretamente* desse conceito de princípio. Na medida em que a economia física é a ciência da reprodução social da Humanidade, ela é a ciência da forma pela qual a sobrevivência humana é realizada com a indispensável ajuda do progresso científico e tecnológico. É a sobrevivência assim conseguida que representa o teste do processo de geração de conhecimento humano aperfeiçoado e, assim, define os experimentos cruciais que devem ser referenciados para uma definição apropriada do verbo “conhecer”.

Como indicado anteriormente, essa ênfase na ciência física tem um duplo impacto. Primeiramente, não há distinção de princípio entre as qualidades do pensamento criador associadas às descobertas fundamentais válida na ciência física e nas formas artísticas humanistas clássicas. Os argumentos contrários amplamente popularizados, como os de Immanuel Kant (1724-1804), Friedrich Carl von Savigny e outros, são essencialmente absurdos na prática. Assim, o que se disser da atividade científica física será implicitamente verdadeiro para todas as expressões de *trabalho criativo agápico*. Segundo, na economia física, é a descoberta científica fundamental a característica causal mais proeminente para o aumento das forças produtivas do trabalho.

Em toda a literatura de filosofia clássica da cultura europeia, a afirmação mais sucinta do princípio subjacente profundamente ligado ao conhecimento humano está *implicitamente* formulada no diálogo *Parmênides*, de Platão. A afirmação *implícita* do diálogo não ocorre explicitamente em seu interior mas, pelo contrário, como uma solução ne-

cessária e única para o paradoxo ontológico que o diálogo como um todo descreve. Uma vez reconhecida a solução requerida, esta definição implícita do verbo “conhecer” é realizada, sem sombra de dúvida. A economia física é o domínio empírico no qual essa solução ao paradoxo de Parmênides é mais facilmente demonstrada.

O argumento subjacente à solução ao paradoxo de Parmênides está resumido a seguir.

Qualquer sistema formal (dedutivo) de argumento é implicitamente redutível a uma rede de teoremas derivados de um conjunto (indivisível) original e integral de axiomas e postulados (inseparáveis) - vide Anexo IV. Qualquer forma idealizada de matemática dedutiva encontra-se neste caso. O formalismo dedutivo prevalece na prática acadêmica na maior parte da física matemática de hoje; assim, presentemente, na prática profissional costumeira, a física matemática atual é tratada, formalmente, como uma aproximação imperfeita de uma rede de teoremas matematicamente dedutíveis².

A qualidade característica de uma tal rede de teoremas é o que hoje frequentemente se chama de “princípio hereditário”. Esse princípio pode ser mais facilmente descrito em termos de dois corolários.

A. Nenhum teorema de uma rede dedutiva pode exibir qualquer qualidade essencial ou predicado de existência que já não esteja implicitamente dado pelo conjunto subjacente integral de “axiomas e predicados”, do qual a rede de teoremas como um todo assume putativamente suas origens, com perfeita consistência.

B. Qualquer teorema que seja exigido pela natureza, e que não seja perfeitamente consistente com o conjunto subjacente integral de “axiomas e postulados”, desacredita todo e qualquer outro teorema, hereditariamente, e requer implicitamente um novo conjunto integral de “axiomas e postulados” consistente com aquele teorema.

Na prática científica de hoje, esses dois corolários são centrais³. O termo “pesquisa científica fundamental” é geralmente circunscrito em seu uso, para significar uma classe especial e mais elevada de experimentos e observações cru-

ciais. Esta classe de estudos empíricos é tipicamente associada à expressão “experimentos cruciais”. Um “experimento crucial” é proposto para testar o tipo de hipótese (teorema) que tenha sido rigorosamente definido, para comprovar ou derrubar o conjunto subjacente e integral de “axiomas e postulados” da rede de teoremas ⁴.

Assim, do ponto de vista do formalista moderno, a história interna dos avanços bem sucedidos da ciência física é definida implicitamente por uma sucessão de tais “experimentos cruciais” revolucionários e bem sucedidos. Repetidamente, a visão de mundo científica até então estabelecida é derrubada e substituída por uma nova. A associação destas transformações revolucionárias (“cruciais”) é a representação formal de princípios físicos fundamentais, com a maior força social-reprodutiva da Humanidade daí resultante, tanto per capita quanto por hectare; e é a chave para a demonstração formal e a definição empírica do “progresso científico e tecnológico”.

No caso das revoluções científicas que satisfaçam esse requisito prático, somos implicitamente confrontados com três níveis de princípio científico integrais para uma visão formalista (dedutiva) deste processo de progresso revolucionário sucessivo tomado como um todo. Cada um dos níveis de princípio é representado por concepções que são, cada uma delas, *unas e indivisíveis*.

1) No nível mais baixo, temos cada um dos “princípios hereditários” “unos e indivisíveis associados, respectivamente, com cada uma das redes sucessivas de teoremas A, B, C, D, E, ..., cada uma relativamente mais bem sucedida.

2) O fato de as redes de teoremas empiricamente comprovados estarem, individualmente e no conjunto, todas ordenadas de acordo com as potencialidades crescentes *per capita* e por hectare da sociedade (A menos do que B, menos do que C, menos do que D, menos do que E, menos do que ...), define o princípio hereditário individualmente e de todas A, B, C, D, E, ..., ordenadas de forma comum por um único princípio subjacente que, por sua vez, é uno e indivisível.

3) A existência de ordens alternativas, ao nível 2, implica que as alternativas entre elas estão também ordenadas como

um conjunto, de acordo com um princípio subjacente e ordenador, que é *uno e indivisível*.

O diálogo *Parmênides*, de Platão, nos confronta com um tríplice paradoxo. A elaboração do diálogo nos confronta com um problema de *conhecimento*, um paradoxo definido em termos formais e dedutivos de referência. O diálogo considerado como um todo define um *paradoxo ontológico*. Ambos os fatos considerados em conjunto definem um único paradoxo, subentendendo os dois anteriores: um paradoxo a respeito da possibilidade humana de efetivar uma representação verdadeira e inteligível da natureza elementar dos estados universal e inclusivo (múltiplo) do *ser*.

Platão inclui nesse diálogo apenas uma pista explícita da solução necessária, a de que o argumento formal ignorou o fato de que a *mudança* é uma condição elementar implícita no *ser*⁶. O significado desta referência à mudança, como um aspecto crucial do diálogo como um todo, não é compreendida pela maioria dos comentadores. Do ponto de vista da economia física, por exemplo, a solução é deduzida mais ou menos diretamente.

A relação pode ser representada como se segue.

Como expusemos em *Em defesa do senso comum*, A, B, C, D, E, ... é uma série, na qual cada termo representa uma descrição (aproximação) linear (dedutiva) de uma *rede de teoremas* invisível abrangendo a tecnologia corrente de práticas produtivas e correlatas. Cada termo sucessivo representa o duplo efeito de uma revolução científica: 1) a substituição de uma rede de teoremas por uma segunda sem nenhuma consistência formal com a precedente; 2) o resultante aumento nas potencialidades produtivas do trabalho (isto é, aumento da *densidade populacional potencial*) *per capita* e por hectare (físico).

A combinação dos dois aspectos, o caráter ordenado da mudança formal na rede de teoremas e o aumento da densidade populacional potencial, indica que cada membro da série, A, B, C, D, E, ..., quando considerado como um todo, é um membro de uma série bem ordenada. Este princípio de ordenação é portanto uma *unidade indivisível, um transfinito*,

com uma qualificação de que este é o mais baixo dos níveis já definidos de ordenamento transfinito (ver o Anexo VII).

Em benefício da maioria dos leitores, são aqui necessárias as seguintes observações qualificadoras.

Esse uso restrito do termo “transfinito” e as referências anteriores à “soberania do processo criador do indivíduo” representam duas expressões coerentes da mesma concepção.

O argumento mais simples que define a unidade indivisível de qualquer concepção verdadeiramente *transfinita* é o caso dedutivo. Por exemplo, o “princípio hereditário” específico de qualquer rede dedutiva de teoremas é relacionado ao conjunto associado e integral de axiomas e postulados diversamente enunciados e implicados (inseparavelmente), e também a cada um e a todos os teoremas decorrentes. Contudo, em relação a estes dois “conjuntos”, o “princípio hereditário” é *relativamente transfinito*, e corresponde diretamente a uma noção unitária que é indivisível; é indivisível no sentido que ela desaparece instantaneamente no momento em que poderíamos tentar representar o próprio princípio como um *composto* do ponto de vista de quaisquer axiomas ou teoremas decorrentes⁷.

No caso ilustrativo, referido em *Em defesa do senso comum*, A, B, C, D, E, ... , o princípio ordenador que define a série como uma espécie de série é a *mudança* que determina a cada um e todos os sucessores de cada termo do conjunto. Esta característica de nosso caso ilustrativo é exemplar da solução do paradoxo ontológico do diálogo platônico *Parmênides*.

O que “se esconde entre” A e B, por exemplo, é uma “descontinuidade matemática”, de um ponto de vista formal (dedutivo). Ela é distinta e eficiente, sem contudo poder ser expressa por um teorema de qualquer possível rede dedutiva de teoremas.

Seu caráter *ontológico* e *formal* é, implicitamente, a “mudança”. No caso de uma série bem ordenada A, B, C, D, E, ..., a “mudança” existe *ontologicamente* no princípio transfinito por detrás do ordenamento da série como um todo.

Se esse ordenamento de fato define implicitamente uma série correspondendo ao *Vir a Ser*, o aumento da densidade populacional potencial, o transfinito converge para o princípio que expressa a ordem definida do Universo. Este último princípio é também representado pelo transfinito que subentende o *Vir a Ser* de todas as séries que assim convergem (vide Anexo VII).

Assim, a definição apropriada do termo “ciência” deveria ser limitada à descrição *da conscientização eficiente daquelas formas de consciência que geram o tipo de convergência transfinita eficiente indicada aqui*. Em outras palavras, a conscientização, não de objetos discretos, mas da *mudança* revolucionária, enquanto causa próxima do incremento da densidade populacional potencial.

Claramente, desse ponto de vista, já demonstramos conclusivamente que nenhuma proposição consistente com qualquer rede formalista de teoremas consegue enunciar explicita e diretamente uma *lei da natureza*. Ela pode refletir uma lei da natureza, mas nunca enunciar uma delas.

Falando mais restritamente, não existem *muitas* “leis da natureza”, mas, pelo contrário, aquilo que parecem leis são, em última instância, apenas reflexos daquele único *Uno*, concepção transfinita da mais alta ordem, que expressa uma única lei da natureza, indivisível e universal. O princípio da mínima ação de Leibniz aponta na direção do tipo de concepções físicas *subentendidas* pela noção transfinita relevante, única e indivisível.

A definição de ciência

A *ciência* é uma questão do domínio crescente do Universo pelo homem, um domínio expresso, por exemplo, no aumento da densidade populacional potencial e realizado por meio da conscientização humana sobre as suas revoluções voluntárias na consciência científica que governa o aumento da capacidade prática humana.

Não existe nenhuma ciência não-antropocêntrica, nenhuma “ciência objetiva” no sentido positivista deste termo. O

que conhecemos *não* é aquilo que experimentamos com os nossos sentidos. O que conhecemos são aqueles princípios capazes de gerar avanços revolucionários bem sucedidos e sucessivos no nosso domínio das leis fundamentais do nosso Universo; são os princípios que constituem a ação voluntária e eficiente sobre o Universo, por meio dos quais mantemos e podemos aumentar a densidade populacional potencial da presente geração e das futuras da Humanidade, como um todo.

Em decorrência, essa definição de *ciência* define o seguinte paradoxo. A importância primeira da descoberta científica (e artística) criadora é que ela seja o meio indispensável para permitir a obrigação do homem em satisfazer Gênesis 1:28? Ou será que, ao satisfazer tal obrigação, desta forma, o homem se verá forçado a se reconhecer como a imagem viva do Criador? Não seria, porém, o caso de que ambas as proposições sejam inseparáveis, uma unidade indivisível? Ambas são então mostradas como a imagem especular da relação entre o Vir a Ser e o Bem.

Não conhecemos a verdade na forma de percepção sensorial. Conhecemos a verdade científica apenas por meio de uma forma socrática de críticas sucessivamente bem sucedidas à nossa interpretação da resolução de problemas naqueles aspectos da nossa experiência sensível que importam para aumentar a densidade populacional potencial da espécie humana como um todo indivisível. A *verdade* é expressa na prática apenas como uma visão correta da relação recíproca entre a Humanidade como um todo e o Universo como um todo. A essência da verdade está situada na eterna contribuição prática que um processo mental-criador individual soberano possa acrescentar às gerações humanas presentes, futuras e passadas como um todo.

Isto localiza a conscientização científica na atividade da nossa própria consciência crítica - empregando o termo *autoconscientização* neste sentido restrito. Enquanto tal conscientização se ocupa com o que aqui se designa como *representação inteligível* de uma sucessão ordenada de avanços revolucionários bem sucedidos no conjunto integral im-

plícito de axiomas e postulados dedutivos da ciência física, a *autoconscientização* trata o princípio de ordenação indivisível desta série como uma concepção indivisível, um *objeto* da *autoconscientização*. Este é um verdadeiro *transfinito*.

É a comparação de tais objetos transfinitos de *autoconscientização* com a qualidade apropriada de evidência experimental crucial que serve como centro focal para a verdade científica.

É nesta perspectiva que se situam os conceitos verdadeiros da lei física universal. Isto rejeita, obviamente, a visão de que as “leis da física” pertençam à observação do que parecem ser interações repetíveis de pares entre fenômenos. Esta situação exige o que se associa com Gottfried Wilhelm Leibniz como a noção da *razão necessária e suficiente*. Não é conclusivo que se repita a interação de pares; é preciso que haja uma razão necessária e suficiente para que ela se repita ou não.

A “lei científica” se situa no princípio de ordenação transfinita comprovado que compreende revoluções científicas sucessivamente bem sucedidas. Ela não é uma representação perfeita da “lei divina”; não é portanto a *verdade perfeita*, mas sim a *verdade científica*.

Existe, claramente, uma ordenação superior que subentende uma ordenação positiva da verdade científica sucessivamente menos imperfeita. Cheguemos aos conceitos platônicos do Bem e do Vir a Ser nestes termos de referência. Para este fim imediato, definamos uns poucos termos essenciais de distinção.

Começemos no extremo relativamente baixo da escala, com uma *hipótese* experimental *crucial*, uma hipótese da classe associada imediatamente a uma única revolução científica bem sucedida. Consideremos o que Bernhard Riemann (1826-66) denominou o “Princípio de Dirichlet” na topologia (vide Anexo IX), de Lejeune Dirichlet (1805-59), como um exemplo de tal hipótese, ou a hipótese de Kepler de uma ordenação harmônica em seção áurea das órbitas planetárias solares (vide Anexo VI).

O transfinito que compreende uma série ordenável de tais hipóteses cruciais é então chamado de *hipótese mais elevada*.

O fato de que esta seja demonstravelmente sujeita à imperfeição nos obriga a hipotetizar (crucialmente) a respeito do assunto da perfeição da hipótese mais elevada.

Isto, por sua vez, nos demonstra a *negatividade ontológica* das hipóteses mais elevadas relativamente melhores; desta forma, a verdade científica, ao reconhecer a negatividade ontológica, conhece a certeza do Bem como a causa imutável das mudanças representadas pela necessidade de perfeição da hipótese mais elevada.

Esta relação entre o Vir a Ser (hipótese mais elevada) e o ser indivisível do Bem é também a concepção do *Uno e dos Múltiplos*. O *Uno* é a causa da necessidade dos Múltiplos.

Essa adoção de verdade científica seria impossível, a menos que o indivíduo seja conscientemente autodefinido para a prática como um servo do Bem para o trabalho da perfeição da existência humana como um todo.

A função da sociedade pode ser representada como o dever de desenvolver mentes criativas individuais e soberanas, cada uma das quais desenvolve a sociedade como um todo desta forma. Esta, em última análise, é a missão e a verdadeira definição da ciência da economia física. A verdadeira noção de *valor econômico* não pode ser diferente desta outra, moral.

A física, em resumo

Concluiremos este penúltimo capítulo com algumas observações necessárias - primeiramente, sobre as noções físicas de causa e efeito implicitamente embutidas no que acabamos de desenvolver anteriormente e, segundo, sobre implicações historicamente ilustradas desses princípios físicos para o estadismo em geral.

Colocando o assunto da física tão simplesmente quanto possível, argumentamos anteriormente da seguinte forma: dados três corpos discretos no espaço, relativamente próximos, afirmamos que estes corpos *não* interagem mutuamente em termos suscetíveis de uma simples análise de pares; em vez disto, dissemos que cada corpo discreto poderia ser uma *mônada*, que reage *indiretamente* aos seus vizinhos, intera-

gindo imediatamente com o Universo como um todo. Em outras palavras, defendemos a inferência de que cada corpo age primariamente pela interação com o Universo como um todo indivisível e que é por meio dessas interações de cada corpo com um todo que os corpos agem indiretamente uns sobre os outros.

É esta uma descrição tão despropositada da situação quanto alguns críticos poderiam se apressar em rebater? Na verdade, não é, não se um punhado de fatos elementares da moderna história interna da física for devidamente levado em conta.

A. Kepler versus Newton sobre a gravitação

Pode-se demonstrar facilmente⁸ que a famosa formulação de Newton sobre a gravitação universal é simplesmente uma manipulação algébrica consistente da Terceira Lei de Johannes Kepler, uma manipulação que referencia não apenas os impulsos centrífugos, mas também a então bem estabelecida lei do inverso dos quadrados para a radiação eletromagnética. É notável que Kepler, em vez de Galileu (1564-1642) ou Newton, tenha sido, ao menos relativamente, o descobridor original da gravitação universal. Não existe inconsistência dedutiva na dedução da fórmula de Newton a partir da Terceira Lei de Kepler; entretanto, nesta simples dedução algébrica, existe um problema relevante (ver também o Anexo V).

No caso de Newton, encontramos o paradoxo notório e insolúvel do “problema dos três corpos”. Na física de Kepler, este paradoxo não aparece. Dada a demonstração de que a álgebra de Newton é consistentemente deduzida da Terceira Lei de Kepler, como se explica que este paradoxo ocorra na cópia e não no original dedutivamente consistente? Isto nos leva ao próximo ponto, a ser considerado a respeito.

B. As características orbitais dos asteróides

A demonstração bem sucedida de Carl Friedrich Gauss, de que as características orbitais dos asteróides Ceres e Palas obedecem ao cálculo orbital de Kepler para o planeta desaparecido que explodiu entre Marte e Júpiter, prova que as

hipóteses axiomáticas subjacentes ao espaço-tempo físico de Descartes (1596-1650), Newton *et al.*, são absurdas em relação à física de Kepler⁹. O argumento experimental crucial a apresentar é que a física de Kepler *como um todo* exige esta órbita planetária, ao passo que a física contrária, empirista, não.

Essas duas anomalias, o paradoxo dos três corpos e as órbitas dos asteróides, já citadas, se combinam com o seguinte efeito. A física de Kepler, como um todo, depende axiomáticamente, de uma forma crucial e penetrante, do trabalho precedente de Leonardo da Vinci *et al.*, sobre o assunto da Secção Áurea e as implicações físicas decorrentes dos sólidos platônicos - notavelmente que, na escala ordinária, a geometria física dos processos vivos seja ordenada em congruência harmônica com a Secção Áurea, ao passo que, na mesma escala, os processos não-vivos não o sejam. Este fato empírico crucial determina a estrutura axiomática atribuível ao método físico-matemático de Kepler em sua totalidade. Esta é a característica da física de Kepler mais enfaticamente rejeitada por Galileu, Descartes, Newton *et al.* A origem do paradoxo newtoniano dos três corpos reside nesta diferença axiomática.

Em Kepler, as órbitas disponíveis e seu ordenamento harmônico mútuo são determinados pelo que chamamos, desde o trabalho de Georg Cantor (1845-1918), um princípio *transfinito* (vide Anexo VII). Dado que o Universo contém eficientemente processos vivos, *que são neguentropicamente ordenados*, o Universo como um todo (um processo transfinito de Vir a Ser) deve se tornar, de acordo com a definição e demonstração de Cantor, caracteristicamente ordenado *transfinitamente* (neguentropicamente). Essa noção de *neguentropia transfinita* é expressa no trabalho de Leonardo da Vinci, Kepler *et al.* como *ordenação harmônica* (de mínima ação) coerente com uma determinação dos sólidos platônicos.

Assim, em Kepler, os corpos são situados em órbitas semelhantes às órbitas quânticas de Planck, determinadas pela espécie de princípio da mínima ação coerente com a

determinação construtiva dos sólidos platônicos. No caso newtoniano, a disponibilidade de órbitas é indeterminada.

Na configuração de Kepler-Gauss e também em uma “história” sintética e eletromagnética da derivação do nosso Sistema Solar a partir da aplicação das leis de Kepler à desaceleração da rotação do nosso Sol aborígine, a massa de plasma determinada (por fusão polarizada) que se espalhou com a rotação diminuída do Sol foi distribuída entre as órbitas planetárias solares disponíveis, de acordo com o princípio kepleriano relevante da ordenação harmônica. Assim, implicitamente, neste modelo, a distribuição toroidal gaussiana da massa de material, ao longo do toro elíptico da órbita, forma uma massa planetária como uma singularidade gerada dentro da ação contínua, dentro daquela órbita como um todo¹⁰.

O contraste entre os esquemas kepleriano e newtoniano, ilustrado pelos dois esquemas axiomáticos referidos, pode ser recebido como algo que nos confronta com a noção de uma curvatura kepleriana do espaço-tempo físico, como oposta à linearidade da matéria, do espaço e tempo do esquema de Descartes/Newton.

C. Funções não-algébricas

Em ambos os exemplos que acabamos de citar, a questão crucial é alguma evidência física que afeta o pensamento científico rigoroso de duas maneiras. Primeiramente, há a evidência física que nos força a construir uma *hipótese* que perturba a opinião estabelecida; em segundo lugar, há a evidência crucial que apóia aquela hipótese ou uma versão modificada dela. O mesmo princípio se aplica aos exemplos adicionais a serem agora considerados.

A grande batalha dentro da física matemática durante os séculos XVII e XVIII foi travada entre os gnósticos neo-aristotélicos, aí incluindo os newtonianos e cartesianos - a assim chamada facção analítica - e, do outro lado, a corrente dos geômetras, seguidores de Nicolau de Cusa, Leonardo da Vinci e Kepler, até Christiaan Huygens, Gottfried Leibniz, Jean e Jakob Bernoulli. Ao final do século XVII, o aspecto essencial característico deste embate faccional dentro da físi-

ca matemática era a ênfase dos leibnizianos sobre as chamadas funções geométricas não-algébricas e a rejeição da escola analítica dessa visão sistemática não-algébrica (vide Anexo VIII).

O estudo sistemático dessas funções geométricas “não-algébricas” estava muito intimamente associado com três classes de fenômenos físicos. O primeiro, desde Leonardo da Vinci (1452-1519) até o século XIX, era o estudo do fenômeno da radiação eletromagnética (p. ex., a luz). O segundo, a manifestação dos processos isocrônicos cruciais na natureza, que correspondem às cicloídes e funções não-algébricas relacionadas (p.ex., a tautócrona, braquistócrona, óptica e as evolutas e involutas correspondentes). A união dos temas referentes à luz e ao isocronismo encontra-se nos princípios físicos gerais (de Leibniz) da *mínima ação*.

A escola geométrica de Leibniz *et al.* continua, por meio dos círculos de Gaspard Monge (1746-1818) e Carl Friedrich Gauss, até o trabalho de figuras exemplares no século XIX, como Bernhard Riemann, Eugenio Beltrami (curvatura negativa) e Georg Cantor (vide Anexo VIII). Ali, o progresso fundamental (isto é, axiomático) na física matemática não chega a um fim, mas aparece uma zona de taxas rapidamente decrescentes com respeito à axiomática. Durante o século XX, tem havido até hoje um progresso significativo no trabalho experimental, mas muito pouco progresso na doutrina científica estabelecida com respeito às questões axiomáticas mais profundas. De fato, a própria menção destas questões mais profundas, antes tópicos centrais de qualquer descoberta científica séria, é virtualmente banida sob a rubrica de “filosofia”.

A característica disso, no qual focalizamos a nossa atenção no momento, é o ponto em que um princípio de *mínima ação* pressupõe uma *curvatura* não-linear, universal e definida do espaço-tempo físico. Isto já é claro, mesmo se levando em conta apenas a validade relativa da física de Kepler - relativa à cartesiana e newtoniana. As implicações mais profundas do isocronismo não-algébrico nos confrontam mais diretamente

com a evidência da eficiência penetrantemente dominante daquele princípio de curvatura.

Quando situamos desta forma a nossa definição de trabalho do termo “curvatura do espaço-tempo físico”, com respeito às noções como tautócrona e braquistócrona, devemos começar a encarar o argumento de forma mais imediata e clara, com uma visão experimental-geométrica. O próprio termo “curvatura do espaço-tempo físico” seria mera algargavia ou, no melhor dos casos, mera licença poética romântica, se significasse algo diferente do surpreendente enunciado do princípio que citamos atrás: *as reações entre corpos são determinadas como características secundárias da interação primária imediata de cada corpo com o Universo como um todo*. A refração de um feixe composto de luz, com várias frequências distintas, é uma imagem ilustrativa da importância deste enunciado para o leigo. O princípio da mínima ação (de Leibniz) exemplifica implicitamente o conteúdo do enunciado.

É por meio da ação individual soberana da razão criadora individual, uma força *espiritual* que emana da pessoa como *mônada*, que o Universo como um todo é alterado isocronicamente, por meio daquela geração, comunicação e assimilação de descobertas válidas e fundamentais, que individual e cumulativamente, aumentam o poder de toda a espécie humana sobre o Universo.

A expressão “toda a espécie humana” não representa uma coleção finita, nem “potencialmente infinita”. Ela é representada, em primeira aproximação, como uma magnitude transfinita. Ela é isocrônica, no sentido específico de que as formas relevantes de ação presente afetam o passado tão eficientemente quanto o presente e o futuro. Pois a descoberta científica fundamental válida, por exemplo, age principalmente sobre o produto da atividade de uma geração e, assim, o presente eficientemente altera o passado ao alterar a sua qualidade de *produção* relevante.

O verdadeiro auto-interesse da pessoa individual e da sociedade são assim tornados conhecidos da razão formadora de leis.

A pessoa é um indivíduo soberano em virtude daquela *centelha divina*, que reconhecemos na forma de capacidade da razão criativa supralógica em gerar, comunicar e assimilar transformações revolucionárias eficientemente válidas em ciência e tecnologia. É somente deste ponto de vista que uma pessoa ou nação têm a qualidade e os direitos de soberania.

A relação da personalidade soberana e do Estado propriamente soberano com o Universo como um todo é ostensivamente ambígua; pelo menos, este parece ser o caso em uma primeira impressão. Pois, do ponto de vista da densidade populacional potencial, podemos mostrar que a soberania individual, como *Uma de Múltiplas*, localiza o seu *Uno* superior praticamente no respectivo processo científico-histórico subjacente de *Vir a Ser* potencialmente uma sociedade de densidade populacional maior. Este *Vir a Ser* é um verdadeiro *transfinito*, como elaboramos na demonstração em *Em defesa do senso comum*. Não é, portanto, o Bem. Daí a aparente ambigüidade da conexão com o *Vir a Ser* e também com o *Bem*. Precisamos esclarecer esta ambigüidade.

É suficiente, para os propósitos desse aspecto do estadismo, observar o seguinte. O processo de mudança que define um *Vir a Ser* *transfinito* define a perfeição em termos de imperfeição decrescente e, assim, identifica como imutável um princípio de ordenação de imperfeição decrescente. (Este princípio de ordenação é igualmente congruente com a diferença entre quaisquer três elementos sucessivos da série, arbitrariamente escolhidos e é, portanto, um verdadeiro *transfinito*.) O Bem seria um tal *transfinito*, que fosse em toda parte igual a cada aspecto de si considerado como parte de um processo contínuo.

Assim, a nossa razão alcança o sentido do Bem menos obscuramente a partir do ponto de vista do *Vir a Ser*; mas não percebemos o Bem diretamente. Percebemos e conhecemos as suas reflexões eficientes no *Vir a Ser*. Conhecemo-lo como aquilo que é refletido pelo *Vir a Ser*. Assim, dia a dia, e de lugar para lugar, à medida que expressamos os nossos verdadeiros auto-interesses em nosso trabalho, o *Vir a Ser*, tipificado pelo aumento da densidade populacional potencial, tem

para nós o caráter da trilha que o Bem e o livro bíblico do Gênesis nos obrigam a seguir.

Adam Smith e Karl Marx

Entre outros usos, o conjunto imediatamente precedente de subtópicos estreitamente interligados nos permite considerar, com força mais devastadora e maior relevância, as pestilências gêmeas e principais deste século: o ruinoso dogma-culto do “livre comércio” do liberalismo britânico e o outro igualmente terrível descendente de Adam Smith, a doutrina econômica de Karl Marx. O exame desta conexão, do ponto de vista dos tópicos imediatamente precedentes, demonstra um princípio maior de estadismo ao qual aqui atribuímos grande importância para referência.

Para começar, consideremos a história superficial da conexão entre o dogma do “livre comércio” de Adam Smith e Karl Marx.

Adam Smith (1723-90) foi um seguidor de David Hume (1711-76), do serviço secreto britânico, no ensinamento de uma invencionice imoral perversamente chamada “filosofia moral”¹¹. Quando, por volta de 1763, Smith veio a se empregar diretamente na Companhia das Índias Orientais do segundo Conde de Shelburne¹², este e outros deram a Smith o acesso aos velhos amigos de Hume, fisiocratas e rousseaunianos na França e em Genebra. Deste aprendizado do dogma fisiocrata francês, nasceu a famosa apologia de Smith, em 1776, em favor das políticas estabelecidas antifrancesas e antiamericanas do seu empregador traficante de narcóticos, a Companhia Britânica das Índias Orientais - *A riqueza das nações*.

É relevante aqui, para a consideração da conexão Smith-Marx, que *A riqueza das nações* de Smith tenha sido vista, substancialmente, como uma paródia do trabalho de Turgot publicado naquele período¹³.

Karl Marx, que foi recrutado para a associação maçônica mazziniana “Jovem Europa”, no mais tardar, no começo da década de 1840, foi parar em Londres, poucos anos depois,

sob a proteção e virtual controle do mesmo lorde Palmerston que mantinha os laços do serviço secreto britânico com a “Jovem Europa” continental de Mazzini, por intermédio de canais como David Urquhart, do Museu Britânico. Urquhart foi apontado por Marx como um dos que o levaram à doutrinação no mito fraudulento da supremacia britânica no progresso científico, aí se incluindo a economia da Companhia Britânica das Índias Orientais¹⁴.

Posteriormente, Marx sempre professou o seu débito intelectual no pensamento econômico a Smith, ao seguidor de Smith, David Ricardo, e aos instrutores de Smith entre os fisiocratas franceses, mais notadamente o Dr. Quesnay. Marx, juntamente com Friedrich Engels, foi sempre malicioso em seus elogios à economia política, baseada na usura, da Companhia Britânica das Índias Orientais, especialmente em seus ataques contra o *Sistema Americano* de Leibniz¹⁵, Hamilton, os Careys e Friedrich List. Em suma, ele atribuiu a origem da “economia científica” aos fisiocratas e usurários da Companhia das Índias Orientais, e os acadêmicos britânicos relevantes, especialmente os fabianos, aceitaram esta visão de Marx sobre o assunto sem grandes hesitações.

Reexaminemos, agora, a mesma conexão histórica do ponto de vista da nossa discussão anterior sobre as curvaturas do espaço-tempo físico. Reconheçamos, assim, que a quase simultaneidade do colapso dos sistemas econômicos anglo-americano e moscovita demonstra a convergência de efeitos dos dois sistemas que compartilham algumas dentre as hipóteses axiomáticas mais equivocadas de cada um deles.

A história da civilização européia, incluindo as Américas pós-1492, como descrito por Friedrich Schiller (1759-1805)¹⁶, é essencialmente a luta do *republicanismo* (como nas reformas de Sólon [638 - 558 a.C.] em Atenas) contra a herança bárbara da oligarquia infestada pela usura da antiga Mesopotâmia. O liberalismo filosófico britânico, a raiz da “filosofia moral” de Hobbes, Locke, Hume, Bentham, Mill e Smith, é, em todas suas características essenciais, um dogma ético *panteísta* utópico, modelado principalmente na Roma Imperial pagã, mas também no antigo culto délfico panteísta

de Gaia, Píton-Dionísio e Apolo. Os principais antecedentes do oligarquismo délfico na Antiga Grécia encontram-se no chamado modelo “babilônico” da antiga Mesopotâmia e de Canaã¹⁷.

Axiomas comuns

Para demonstrar os axiomas comuns pertinentes implícitos nos colapsos das economias políticas britânica e comunista, talvez seja suficiente comparar os dogmas britânico e comunista da prática nacional e supranacional com os seguintes pontos de referência da história antiga e renascentista. Começemos com a sucessão de colapsos causados pela usura do sistema de agricultura de “vassalagem” da antiga Mesopotâmia. Incluímos a referência às circunstâncias das reformas anti-usura de Sólon em Atenas. Examinemos as questões cruciais e associadas sucessivamente com as reformas flamariana e dos Gracos na Roma pré-imperial. Incluamos o processo de colapso inerente aos aspectos axiomáticos da Roma Imperial e pagã de Augusto, Tibério, Nero e Diocleciano.

Examinemos as razões para o aumento de poder econômico gerado pelo Renascimento e vejamo-la como um reflexo dos grandes empreendimentos deflagrados anteriormente por Carlos Magno.

São enfatizadas duas características opostas destes casos: o papel da usura e a questão do aumento das forças produtivas per capita do trabalho e do progresso científico e tecnológico.

As formas em que ocorre a tomada sistemática e ilegítima de rendimentos (isto é, “roubo”) pela usura podem ser reduzidas a três subclassificações gerais. Primeiramente, há a *usura simples*: pagamento tomado a título de débito, quer a quantia principal original daquele débito nominal possa ter sido criada em pagamento de dinheiro ou valor real adiantado, quer simplesmente imposta ao credor por sanções ou meios similares. Segundo, há o papel dos monopólios (p.ex. o cartel internacional de cereais), ao extorquir pela usura rendas (i)legítimas tanto dos produtores quanto dos consumidores de algum bem essencial. Terceiro, há as formas diversas de

usura de renda da terra. Incluímos entre estas a evolução do moderno modelo britânico de banco central e formas pertinentes de dívida pública, com raízes na antiga taxaço de terras (p.ex. mesopotâmico).

Contraoponhamos o *lucro merecido* de empreendimento *fisicamente produtivo* ao *lucro e juros* só nominalmente “merecidos” das atividades usurárias. Expliquemos a necessidade e a base funcional para esta distinção.

Por vários motivos, incluindo a durabilidade das tábuas cuneiformes de argila, o antigo e bom registro contábil de economias físicas é o nosso conhecimento da antiga Baixa Mesopotâmia.

O que sabemos da história econômica da região mostra que o fator físico crítico que causou o colapso e o despovoamento de sociedade após sociedade nesta região foi o efeito da usura. Esse padrão se estende desde os casos mais antigos conhecidos até o colapso causado pela usura da Bagdá pós-abássida.

Sem a reforma antiusura referida, do tipo que foi introduzida por Sólon, Atenas nunca teria existido como um centro da cultura grega clássica.

O fracasso monstruoso da Roma Imperial pagã de Augusto, Tibério, Nero e Diocleciano nos serve como provavelmente o melhor caso ilustrativo para uso didático e outros.

O que quer que possa ser dito dos irmãos Graco e suas propostas de reforma, algo semelhante a elas era a alternativa obrigatória ao pesadelo que se apoderou da Itália por séculos, em seguida à derrota da sua facção política.

Essencialmente, à medida que o agricultor que retornava das fileiras das legiões romanas era produtivamente assentado em sua terra, as famílias agregadas da Itália produziam significativamente mais do que a Itália consumia. Isto, relativamente falando, representa um estado de prosperidade.

Se, por outro lado, a este mesmo legionário que retornava fosse negada a sua terra e ele fosse relegado, em vez disto, à companhia de um proletariado inflamado nas *piazas* romanas, a bancarrota físico-econômica interna se apoderava da antiga Itália romana. Enquanto a massa obesa de ricos roma-

nos ociosos e parasitas devorava as antigas terras produtivas, estabelecendo e aumentando as plantações escravistas improdutivas dos sibaritas, a velha Itália dependia cada vez mais da espoliar as colônias e satrapias estrangeiras subjugadas pela força, as quais forneciam como tributo os cereais desejados e outras necessidades primárias.

Tais foram as circunstâncias do colapso da república romana, das guerras cívicas e dos projetos imperiais de Júlio César e César Augusto. Assim, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha falidos de 1990-91, os romanos do primeiro século antes de Cristo, em lugar de remediar as políticas malignas que arruinavam a nação domesticamente, prolongaram o seu reinado por meio de aventuras no estrangeiro. Uma máscara parasitária de grandeza imperial global adornou aquela parte da capital imperial fronteiriça a um mar de servidão favelada. Então, assim como na Washington e na Londres de 1990-91, a ascensão e persistência de uma Roma Imperial, apodrecida em seu âmago, propiciou a ruína geral, não apenas da Itália, como também daquelas colônias de cuja espoliação dependiam as diversões do tipo "TV" da servidão romana, em lugares como o Circus Maximus.

Desta maneira, os EUA de 1991 estão bloqueados, como antes o apodrecido Império Britânico vitoriano. Ao permitir que o Império Britânico internamente podre de Castlereagh (1739-1821), Palmerston, Russell, Mackinder e Milner arrastasse a civilização européia na ruínosa "nova Guerra dos Trinta Anos" de 1912-45, uma guerra que Londres orquestrou contra a perspectiva de desenvolvimento euroasiático do estadista francês Gabriel Hanotaux (1853-1944), os governos cúmplices da França, Alemanha, Áustria-Hungria e Estados Unidos (entre outros) causaram para si e para o planeta como um todo uma ruína monstruosa.

Da mesma forma que a autofalida Roma antiga precisava de um império baseado na força bruta para postergar o seu inevitável colapso sócio-econômico doméstico, o sistema liberal anglo-americano, os proponentes fanáticos do dogma lunático de "livre comércio" de Adam Smith basearam a sua política no estabelecimento de uma "Pax Americana" mun-

dial (dirigida por Londres), uma “Federação Mundial”, um “mundo único”, uma “nova ordem mundial”, paródias utópicas da Roma Imperial pagã de Augusto, Tibério, Nero e Diocleciano.

Para entender adequadamente os impulsos de controle dos respectivos liberais anglo-americanos neoimperialistas, somos obrigados a estudar a ascensão, especialmente na Inglaterra e França do século XVIII, da influência corruptora do chamado “liberalismo iluminado”.

Na Inglaterra, esta tendência incluiu com maior proeminência os doutrinadores Francis Bacon, Thomas Hobbes, John Locke, David Hume, Adam Smith, o segundo Conde de Shelburne, Jeremy Bentham e Thomas Malthus. Na França, a lista deve incluir o formalismo neo-aristotélico de René Descartes, assim como as figuras desavergonhadamente românticas de Montesquieu, Voltaire, Rousseau (1712-1778), os fisiocratas oligárquicos e reacionários do salão jacobino do “livre-comerciante” Jacques Necker e sua famosa filha, a Madame de Staël. Considerando tais casos exemplares, seguimos a forma pela qual os aspectos axiomáticos do imperialismo romano pagão foram implantados no “padrão mental” dos liberais, fascistas e comunistas modernos.

A partir deste ponto de vista, podemos ver mais claramente não só a verdadeira natureza das ligações genéticas de Adam Smith com Karl Marx, mas também perceber porque esta conexão é tão importante para a compreensão das raízes comuns do colapso quase simultâneo dos sistemas político-econômicos moscovita e anglo-americano.

Raízes no panteísmo antigo

O modelo imperial romano pagão da “nova ordem mundial” adotado pelos círculos Thatcher-Bush de 1990 é, como a maior parte da Roma pagã, uma paródia dos projetos anteriores de alguém. Dois precedentes são de suma importância. O mais próximo era o Culto de Apolo em Delfos e Delos, na Grécia. No final das contas, todo oligarquismo e panteísmo europeu significativos são mesopotâmicos ou dra-

vídicos antigos em suas origens demonstráveis. Ao examinar o panteísmo mesopotâmico e délfico como os modelos relevantes para o liberalismo moderno e o oligarquismo anti-republicano em geral, demonstramos como a ideia religiosa oligárquica arquetípica, o *panteísmo* antigo, é a raiz axiomática de fenômenos modernos como o *gnosticismo* e o *culto satânico*, na religião; o *liberalismo*, o *fascismo* e o *comunismo* na filosofia social; o *positivismo*, na filosofia legal prática; e o *imperialismo* na prática política. Da mesma forma, indo ao ponto mais diretamente, o oligarquismo é impelido axiomáticamente não somente para a prática parasitária da usura, mas, também, como por instinto, a destruir qualquer sociedade que se baseie no incentivo ao investimento no progresso científico para incremento das forças produtivas do trabalho.

A raiz conhecida do panteísmo antigo é o culto a uma deusa da fertilidade / Mãe-Terra, conhecida alternadamente como *Shakti* (dravídica, de Harappa), *Ishtar* (caldéia), *Athtar* (Sabá-Etiópia), *Astarte* (Canaã), *Ísis* (Egito helênico), *Cibele* (Frígia) ou *Gaia* (Delfos). Ela é associada com uma divindade masculina *satânica*, uma divindade serpente-falo conhecida, por exemplo, como *Shiva* (de Harappa), *Pítton* (Delfos), *Dioniso* (Frígia) ou *Osíris* (Egito helênico). Provavelmente, a origem mais remota do culto à Mãe-Terra/falo foi Harappa, espalhando-se depois pelas colônias marítimas dos “povos de cabeça negra”, como a Suméria e Sabá, aparecendo sob formas semitas e helênicas de “Shakti”, como “Ishtar”, “Astarte” e “Ísis”.

É relevante, de várias maneiras, que esses antigos cultos de adoração a Satã (serpente/falo) estejam associados com a deusa da lua e o calendário lunar, em vez dos calendários solares das culturas centro-asiáticas indo-européias mais antigas. Os deuses dos cultos panteístas pagãos são, como os imperadores romanos, apoteoses das formas mais degradadas de irracionalismo luxuriosos, existencialistas e eivadas de cupidez. Esse ministério de panteísmos é o culto do medo, não do amor agápico; sua assim chamada “lei” não passa do *ucasse* da fantasia caprichosa e volúvel do poder.

O impulso político endêmico do panteísmo é visto nos exemplos em que os deuses do novo vassalo são induzidos a se submeter aos deuses do conquistador. Assim, o imperialismo anglo-americano exige hoje a submissão ao Supremo Arquiteto da Usura e ao dogma-culto do “livre comércio” universal.

A fusão sincrética de muitas divindades pagãs em um panteão ético “olímpico” proíbe qualquer distinção razoável entre verdade e falsidade, entre certo e errado. A moralidade fica proibida. E seu lugar é totalmente ocupado por uma mera ética, como a *Ética* e a *Política* de Aristóteles o demonstram.

Eis a raiz panteísta do liberalismo britânico e sua economia política; eis aquela característica do liberalismo axiomáticamente panteísta¹⁹ que leva consistentemente à sua auto-expressão nas formas de manifestação tais como o neo-imperialismo britânico, o fascismo e o comunismo.

Duas ilustrações históricas

Duas ilustrações históricas deste ponto são aqui apresentadas. O primeiro caso é a aparente anomalia de que certos círculos financeiros proeminentes norte-americanos e britânicos, incluindo aqueles associados com os Morgan, Harri-man e Theodore Roosevelt, devem ter sido não apenas de fato ou quase “bolcheviques de carteirinha”, no decurso dos anos imediatamente seguintes à assim denominada Revolução de Outubro de 1917, mas também, posteriormente, apoiaram os regimes fascistas de Mussolini e Hitler. O segundo caso são as características comuns da economia política de Karl Marx e os decretos socialistas “malthusianos” do imperador romano Diocleciano.

Durante o período de 1917-27, certos círculos financeiros e políticos relacionados entre os mais poderosos, principalmente na Inglaterra e EUA, foram não apenas parceiros do jovem governo soviético, mas também “co-proprietários” daquelas seções da Internacional Comunista (e seu serviço de espionagem comunista), posteriormente conhecidas como “oposições” ao Comintern, seja de “esquerda” ou “direita”,

incluindo os círculos associados com os extremistas “neo-conservadores” de hoje nos EUA. Nesses termos, o prédio de nº 120 da Broadway, na Baixa Manhattan da cidade de Nova York foi um centro capital do acordo capitalista-bolcheviques.

Mais tarde, os mesmos círculos “harrimanianos” que estiveram associados com Trotsky, Stálin e assim por diante, mudaram de rumo para dar um auxílio bem significativo ao culto fascista de Benito Mussolini e Adolf Hitler ²⁰. Isto incluiu o apoio público dos círculos da família Harriman ao dogma de “purificação racial” do Partido Nazista ²¹, bem como o papel vital da casa bancária da família para movimentar fundos e ajudar o “golpe de Estado legal” de Hitler, na Alemanha de 1932-33.

A segunda referência histórica é a conexão entre o aspecto característico dos decretos socialistas “malthusianos” repressivos do imperador romano Diocleciano e os mais cruciais axiomas atribuíveis ao lado formal da doutrina político-econômica de Karl Marx.

Embora o estabelecimento do liberalismo romântico na Inglaterra tenha começado com os círculos malignos de Francis Bacon e Thomas Hobbes, e embora o liberalismo tenha sido formalmente estabelecido como a filosofia de Estado do Reino Unido com a ascensão ao trono do rei Jorge I, cupincha do primeiro duque de Marlborough, para todos os nossos propósitos práticos, começaremos com o papel de Castle-reagh no estabelecimento do controle institucionalizado de Londres sobre os assuntos internos da Europa continental, por meio do Tratado de Viena de 1815 e da Santa Aliança.

Apesar de que tenham sido os amigos alemães antioligárquicos de Friedrich Schiller que lideraram a queda de um acuado imperador Napoleão Bonaparte, foram Londres e os Habsburgos os abutres da oligarquia usurária que elaboraram a paz fracassada nas sessões do Congresso de Viena, em 1815. Os instintos da infame Santa Aliança eram um eco do malthusianismo de Gianmaria Ortes e dos odiosos editos “socialistas” do imperador romano Diocleciano. Os repressores “Decretos de Karlsbad” expressavam a essência da matéria.

O evento de Hambach, em 1832, sinalizou uma reversão de fato aos Decretos de Karlsbad e a erosão iminente da própria Santa Aliança. Contra a renovada ameaça de um esforço nacionalista por um renascimento republicano antijacobino nos domínios da ciência e da economia, a oligarquia ameaçada desencadeou as suas próprias forças caóticas dionísíacas e neojacobinas, forças que logo se agruparam em torno da maçonaria mazziniana da “Jovem Europa”.

A derrota da Confederação de Londres pelo presidente dos EUA Abraham Lincoln constituiu uma virada crucial na ordem mundial pós-Santa Aliança. Não foi apenas o progresso republicano, agroindustrial e mercantilista que triunfou sobre a escravidão humana e a usura apoiadas por Londres. A derrota de Londres e o declínio daquele gendarme especial e empinado, Napoleão III da França, foram asseguradas pela intervenção do czar da Rússia Alexandre II, com a ameaça de usar as forças navais e terrestres da Rússia contra Londres e Paris, se estas capitais levassem adiante suas intenções de invadir e espoliar o México, mas, também, de intervir mais diretamente no auxílio militar ao joguete de Londres, a Confederação - que se não fosse por isto estaria derrotada desde o início.

Ao mesmo tempo, o czar Alexandre continuou a reverter o bárbaro declínio da vida social e econômica russa sob os seus dois predecessores, e a reformar a Rússia segundo as linhas que Pedro, o Grande, tinha lançado, instado por Gottfried Wilhelm Leibniz.

A ação da Rússia pela neutralidade européia na Guerra Civil Americana da década de 1860 foi um dos três grandes eventos da segunda metade do século XIX que impeliram Londres a desencadear a “nova Guerra dos Trinta Anos” de 1912-45 na Europa e que, igualmente, incentivou a estranha convivência entre os Harrimans e os bolchevistas. Os outros dois foram, primeiro, a amizade entre São Petersburgo e a Alemanha de Bismarck e o segundo, os esforços do grande estadista francês Gabriel Hanotaux para estabelecer um bloco antibritânico de cooperação norte-euroasiática para o desenvolvimento econômico.

A Inglaterra fabiana de Cecil Rhodes, Milner e Mackinder²² provocou a I e a II guerras mundiais pelos mesmos motivos geopolíticos mais profundos que, mais recentemente, levaram a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, o agente de influência britânica Henry A. Kissinger, Nicholas Ridley e Conor Cruise O'Brien a lançar o que bem poderia se tornar o prelúdio da III Guerra Mundial.

A Inglaterra respondeu à cooperação entre São Petersburgo e a Berlim de Bismarck promovendo a guerra entre a Rússia e a Alemanha, mais ou menos como os círculos da primeira-ministra Margaret Thatcher reagiram à reunificação alemã em 1990. A convergência da Paris de Hanotaux com a Rússia do conde Sergei Witte (1849-1915) e, mais tarde, com a de Stolypin (1863-1911), para a cooperação geral européia continental, causou em Londres uma reação mais profunda: a I Guerra Mundial.

Os interesses oligárquicos ocidentais usaram canais especiais tradicionais para os velhos boiardos antipetrinos, em geral, e para instituições como a Terceira Seção e a Ocrana em particular, para desencadear formas *raskolniki* de loucura e terrorismo contra aquelas instituições da Rússia, a começar pelo czar, responsáveis pela amizade com a Berlim de Bismarck e a França de Hanotaux. Esta é a chave para as anomalias da Broadway de Averell Harriman²³.

A percepção de Londres a essa ameaça de desenvolvimento econômico e cooperação continental européia em 1880-1900 impeliu os círculos associados com Milner e Mackinder não só a corromper com êxito a França com a *Entente Cordiale*, mas a usar os seguidores *raskolniki* “messiânicos” de Fiódor Dostoiévski e Nikolai Bakunin para destruir por dentro a Rússia czarista, que poderia procurar cooperação com a Alemanha e França contra o controle britânico do “equilíbrio de poder” continental. Atualmente, a maior ameaça à civilização como um todo é que o padrão da Sra. Margaret Thatcher de aparente controle “tipo Svengali” sobre George “Trilby” Bush dos Estados Unidos pode persistir, mesmo sob mudança das personalidades específicas ocupando tais posições oficiais. Em caso positivo, assim como a

pré-história da autoria britânica da I Guerra Mundial foi reencenada em 1990, contra as implicações da reunificação da Alemanha, o perigo de uma “nova Guerra dos Trinta Anos” ameaça o planeta com um mergulho em uma “Nova Idade das Trevas” no começo do próximo século.

Antes de nos dirigirmos ao segundo dos dois exemplos históricos, enfatizemos uma lição crucial demonstrada pelo caso que acabamos de esquematizar.

A opinião popularizada e ignorante da História presume axiomáticamente as noções misantrópicas de Hobbes-Locke-Hume-Smith de povos como pequenos *homunculi* hedonistas, guiados pelo instinto, nascidos como uma *tabula rasa* - à parte os instintos bestiais. Para estes pobres estúpidos, a História real nunca existiu, a não ser como uma espécie de intervalos separados e curtos de eventos correntes do tipo “Paradoxo de Zenão” de “Aquiles e a tartaruga”. Para eles, a História é uma sucessão de fotografias paradas de cinescópio, dentro da qual os “eventos correntes” são determinados com pouco ou nenhum respeito às heranças culturais dos quadros cinescópicos precedentes.

A contraprova mais simples e empiricamente baseada da citada visão histórica britânica do homem de Hobbes-Locke enfatiza dois conjuntos interrelacionados de fatos. O primeiro fato é a conhecida história filológica milenar das línguas, nas quais se moldou todo comportamento consciente contemporâneo. O segundo fato é a relação entre a poesia clássica de uma família lingüística e o canto desta poesia sob a influência de princípios harmônicos de vocalização geneticamente intrínsecos a todos os espécimes saudáveis da espécie humana, independente de raça ou origem nacional.

Ninguém jamais existiu como uma *tabula rasa*. O que é transmitido a cada novo membro da sociedade pelas gerações precedentes inclui não apenas o que é transmitido pelo meio-memória da língua, mas também as idéias que são características da gramática desenvolvida e outras estruturas da própria língua falada. Demonstra-se que a estrutura orgânica de uma língua é em si uma espécie de geometria física, que reflete as ordenações reais das relações sociais, bem como as inorgâni-

cas em geral. Uma língua, também como as leis harmônicas biofísicas, por exemplo, da vocalização do *bel canto* ilustram, é formada conformando-se mais ou menos intencionalmente aos requisitos biofísicos da transmissão e recepção de “concepções profundas e apaixonadas a respeito do homem e da natureza” (Shelley), entre os processos de *pensar para pronunciar, pronunciar, escutar, pensar e refletir sobre o que se ouve* (vide Anexo X).

Na História real, como referido nos mais importantes exemplos milenares, a estrutura subjacente determinante dos eventos cruciais de hoje retrocede em séculos. Na visão mais adequada dos processos históricos, é a transmissão de idéias polêmicas por gerações sucessivas que determina o curso e o resultado de cada momento da História considerado no horizonte mais curto. O livre arbítrio do indivíduo não é uma questão de indiferença no processo, mas o livre arbítrio individual é historicamente eficiente, apenas na medida em que sua ação, voluntariamente ou não, altera a qualidade e interação daquelas idéias que se espalham em cada presente momentâneo, como uma poderosa avalanche de tradições político-culturais.

Schiller argumenta que a História européia em sua totalidade pode ser entendida essencialmente como um conflito milenar contínuo entre duas tradições histórico-culturais: o *oligarquismo*, tipificado pela Esparta de Licurgo, e o *republicanismo*, representado por Sólon de Atenas. O nosso exemplo referência diretamente o período de 1812-1990. Implicitamente, remontamos o mesmo conflito ao final do século XVI (Francis Bacon); poderíamos tê-lo feito retroceder aos tempos de Sócrates (469-401 a.C.) e Sólon ou, com uma visão cada vez mais difusa, a tempos antigos mais remotos.

Dado o fato de que o livre arbítrio dos indivíduos realmente altera o curso do que a longo prazo é uma história culturalmente determinada, a História não é determinada simplesmente por idéias. O determinismo existe na determinação cultural de longo prazo da História, não em termos de tipos de idéias simplesmente fixadas, mas em termos do princípio transfinito, que expressa a característica continuada

de um corpo cultural-faccional de pensamentos através do período multissecular das muitas mudanças nele introduzidas por ação do livre arbítrio soberano e individual.

Assim, são os tipos de idéias culturais, como, por exemplo, o oligarquismo ou o republicanismo humanista clássico, que agem eficientemente sobre a História. O livre arbítrio soberano e individual age sobre tais idéias culturais, isto é, sobre a característica eficiente, transfinita, destas idéias, resultando em tornar maior ou menor o poder de tais idéias.

Marx, Smith e Diocleciano

Isto nos traz ao caso do segundo exemplo histórico, os axiomas comuns das doutrinas econômicas de Adam Smith, Karl Marx e do imperador Diocleciano.

Se considerarmos os quatro volumes do *Capital* de Marx e seus escritos relacionados apenas em seu aspecto mais estreito, como um sistema de análise político-econômica, a economia marxista pode ser reduzida essencialmente a um conjunto de desigualdades lineares simultâneas, com intenção de representar um modelo matemático linear do que Marx chama de “reprodução ampliada”. Duas premissas explicitamente adotadas de uma qualidade formalmente dedutivo-axiomática podem ser demonstradas como pontos de equivalência direta entre Marx, por um lado, e Adam Smith e seus professores fisiocratas, por outro lado.

Primeiramente, Marx não só aceita e defende fanaticamente o modelo de competição de “livre comércio” de Adam Smith; ele o adota como um método de determinação estatística linear da distribuição marginal do que ele chama “valor de troca”. Ele é virulentamente antimercantilista e um apóstolo fiel de Adam Smith e dos fisiocratas neste particular. Ele é, no entanto, um adversário confesso pró-britânico do *Sistema Americano* de economia política, como enfatiza em conexão com sua vil difamação de Friedrich List (1789-1846) e Henry C. Carey.

Em segundo lugar, Marx observa acuradamente que, ao construir desigualdades lineares destinadas a descrever a

“reprodução ampliada”, ele ignorou tanto o progresso tecnológico e o que Henry C. Carey descreve como a “economia do trabalho” determinada pelo progresso tecnológico. (Embora Marx tente introduzir a tecnologia como um depreciador de preços, após o relatado no *Capital*, Volume III.) Com relação aos princípios de economia política, poder-se-ia dizer a este respeito que Karl Marx é um populista “cabeça-dura” e um fisiocrata.

Dentre outros absurdos relevantes no *Capital*, coerentes com essas duas premissas axiomáticas, estão as distinções de Marx - na verdade, pró-usura - entre *lucro*, *renda*, *juro* e a sua procura insana da “acumulação primitiva” do dinheiro.

O melhor enfoque para reconhecer a loucura desastrosa das duas premissas axiomáticas é refletir sobre o significado prático do que elas exigem implicitamente, que seja excluído das considerações para traçar políticas. O resumo desta linha de argumentação é parcialmente uma repetição de pontos que já foram mencionados neste texto, mas de forma útil: vemos, talvez, mais claramente como a questão do “Uno e os Múltiplos” cai diretamente na conexão determinante entre a economia física e o estadismo em geral.

Como a prática do estadismo deve se preocupar com a *sobrevivência duradoura*²⁴ da sociedade, incluindo as suas instituições sociais mais essenciais²⁵, não pode haver estadismo competente cuja prática não se dirija eficientemente aos requisitos de uma ciência da economia física. Os decretos de Diocleciano e os fisiocratas Adam Smith e Karl Marx exigem, nas suas bases comuns, que a economia política abandone aquelas condições que são indispensáveis para a *sobrevivência duradoura* de uma sociedade.

Já indicamos que uma ordenação positiva e transfinita de incremento da densidade populacional potencial de uma sociedade inteira constitui a pré-condição geral para a sobrevivência duradoura. Sabemos, por definição, que o investimento intensivo em capital e energia para o progresso científico e tecnológico, tanto na infra-estrutura econômica básica, quanto na produção de bens físicos básicos de consumo dos produtores e das famílias, é uma política e uma prática necessária.

Podemos demonstrar, seja com base na geometria física daqueles princípios aparentemente simples, seja com referência à evidência empírica crucial adequada, ou ambos, que o seguinte conjunto de desigualdades gerais deve ser satisfeito:

1) O consumo físico e de lazer doméstico per capita deve ser melhorado, mas sob a condição de que a produção física per capita e por hectare de toda sociedade aumente mais rapidamente do que o consumo per capita de bens domésticos.

2) Que, com o progresso tecnológico, o tempo de escolaridade deve crescer assintoticamente para um nível máximo médio. Isto requer aumentos correspondentes na saúde e longevidade.

3) Que, com o progresso tecnológico, a proporção do emprego necessário à produção física, industrial e infra-estrutura econômica básica deve crescer em relação à agricultura e atividades relacionadas, até um limite assintótico inferior para este último.

4) Com o progresso tecnológico, o emprego físico-produtivo em bens de produtores deve crescer em relação àquele para a produção física de bens domésticos.

5) Que, com o progresso tecnológico, devemos aumentar não só a quantidade de energia disponível por área per capita de densidade populacional potencial; devemos aumentar a intensidade efetiva da energia aplicada.

Estes elementos são suficientes para os nossos propósitos imediatos. É claro que o crescimento bem sucedido deve levar em conta a proporção da força de trabalho treinada para o emprego em cada categoria e deve estabelecer prioridades correlacionadas para incentivar o crédito e o capital que permitam a realização de tais metas. Isto requer formas correspondentes de “dirigismo mercantilista” na economia; caso contrário, nenhum resultado racional será obtido. De fato, nenhuma economia de “livre comércio” continuou a prosperar domesticamente, exceto pela espoliação, tanto de uma “subclasse” de “hilotas” domésticos, quanto de populações estrangeiras.

Embora os “livrecambistas” clamem em altos brados a sua liberdade para roubar, eles negam a liberdade real, a sua

liberdade para criar e obter as condições de vida familiar e gerais necessárias para promover o potencial criativo do indivíduo e sua expressão. Esta verdadeira liberdade é exemplificada por um compromisso com o progresso científico fundamental e válido em busca da verdade, com o trabalho criativo relacionado com formas artísticas clássico-humanistas e assim por diante.

Sem dúvida, o sistema político soviético negava a verdadeira liberdade humana. Sem dúvida, enquanto Moscou foi percebida como um adversário estratégico com credibilidade, havia ainda muito mais liberdade política no Ocidente do que na sociedade soviética.

É relevante acrescentar que os melhores trabalhadores científicos soviéticos viviam e trabalhavam à beira de um abismo de dissidência política. Parte da profundidade da crise na URSS de hoje é que o estoque pré-1917 de capital intelectual russo já foi quase consumido, na ciência e na erradicação daqueles agricultores produtivos que costumavam ser chamados de “kulaks”.

Na história soviética, devem-se lembrar dos decretos socialistas “malthusianos” do Imperador Diocleciano.

A situação no Ocidente do “livre comércio” não é, em geral, muito melhor. Apenas como exceções, como seguindo a liderança de um De Gaulle, Adenauer, Mattei ou John F. Kennedy, foi promovido algum crescimento genuinamente de longo prazo durante o período do pós-guerra. Nos casos contrários, como na Alemanha ocupada e quase-ocupada no pós-guerra, o potencial produtivo líquido relativo tem declinado do pico atingido por volta de 1944, durante o curso da II Guerra Mundial²⁶. Em geral, o crescimento de curto prazo aparente foi realizado recorrendo-se ao que Marx, Rosa Luxemburgo e Evgeny Preobrajensky chamaram de “acumulação primitiva”.

Veja-se o quadro mundial a partir do Japão, por volta de 1983-84. O Japão, que tinha feito um bom uso da compra de patentes então ociosas dos EUA, foi confrontado com o colapso dos gastos americanos em pesquisa e desenvolvimento, juntamente com um declínio catastrófico na qualidade da

elite dos graduados em ciência dos EUA. Assim, se o Japão quisesse naquela época manter a sua taxa de crescimento em “economias de mão-de-obra”, teria que aumentar rápida e substancialmente a sua porcentagem de emprego nacional em pesquisa e desenvolvimento.

Sem decisões “dirigistas” deste porte, em P&D, infra-estrutura econômica básica, educação e emprego em geral, não pode haver verdadeiras oportunidades para exercitar a liberdade humana na sociedade.

Onde se permite aos cartéis espoliar a agricultura pela queda da proteção da paridade nos preços governamentais para os agricultores, desaparece a agricultura livre e, cedo ou tarde, aparece a fome. Onde prevalece a ultra-competição sob condições de desregulamentação feroz, fracassam as pequenas indústrias, baluartes da liberdade econômica, e a margem disponível para a liberdade - o progresso tecnológico - cai abaixo de zero por cento do custo das vendas.

Sem crescimento real na densidade populacional potencial para a sociedade tomada como um todo, há uma queda líquida real, talvez temporariamente escondida pela acumulação primitiva, o que significa um desastre a longo prazo.

Para chegar ao caminho mais eficiente para descobrir as principais características axiomáticas comuns a Adam Smith, Karl Marx e os decretos dioclecianos, voltemos a atenção para os aspectos fisiocráticos comuns a eles. Em seguida, enfatizemos a forma explicitamente imoral e populista de irracionalismo que é professada repetidamente, abertamente, sem pudor por Smith, e que é sua única premissa para seu esotérico dogma da “mão invisível” do “livre comércio”.

Sandices aristotélicas

Como questão de princípio, a doutrina do “livre comércio” começa na História com a adoração lunática²⁷ da deusa Mãe-Terra ou prostituta, Shakti, Ishtar, Gaia etc. Quanto aos decretos dioclecianos, assim como para os fisiocratas pagãos e Adam Smith, a fonte do *lucro, juros e renda*²⁸ é a misteriosa “prodigalidade da natureza”. O neo-aristotélico René Des-

cartes nos ajuda perversamente a decodificar este dogma pagão esotérico, colocando implicitamente a “prodigalidade da natureza” entre os assuntos sob a denominação mais geral de *deus ex machina*.

Leiamos Adam Smith a esse respeito:

"A administração do grande sistema do universo ...[e] o cuidado da felicidade universal de todos os seres racionais e sensíveis é assunto de Deus e não do homem. Ao homem é deixado um departamento muito mais humilde, mas muito mais adequado à fraqueza dos seus poderes e à estreiteza da sua compreensão: o cuidado da sua própria felicidade, da de sua família, seus amigos, seu país ... Mas embora sejamos ... aquinhoados com um desejo muito forte desses fins, foi confiado à determinação lenta e incerta da nossa razão descobrir os meios próprios de os realizar. A Natureza nos dirigiu à maior parte destes por instintos originais e imediatos. Fome, sede, a paixão que une os dois sexos, o gosto pelo prazer e o medo da dor nos incitam a aplicar aqueles meios por sua própria conta e sem nenhuma consideração por sua tendência aos fins benéficos que o grande Diretor da Natureza quis produzir²⁹".

Encontramos uma observação relevante no trabalho de Sir Isaac Newton, o incensado deus da ciência entre os imperialistas britânicos pagãos. Newton confirma que a sua física formal continha o evidente absurdo de representar matematicamente um Universo como se fosse gastando a corda à maneira de um relógio mecânico. Ele observou que esta construção matemática deficiente deixava subentendido que, para que o Universo continuasse a existir, Deus deveria periodicamente dar-lhe mais corda. Esta é a fiel representação newtoniana do dogma cartesiano do *deus ex machina*. Newton qualificou o seu argumento confessando que a sua escolha matemática deficiente fora a única que ele considerava aceitável³⁰.

Notavelmente, Gottfried Wilhelm Leibniz se referiu à “corda no relógio” na correspondência Newton-Clarke-Leibniz. A recusa fanática dos cartesianos e newtonianos em aceitar a realidade das *funções não-algébricas*, com isto, um

cálculo competente, mostra que Newton estava de fato consciente de que uma matemática esquematicamente diferente da sua seria uma alternativa disponível³¹.

O “deus que dá corda no relógio” fictício de Newton é o *deus ex machina* de Descartes e o onisciente, mas impotente, pós-Criador do esquema aristotélico³². Essa divindade pagã de Aristóteles (384-322 a.C.) e Descartes é também a invenção maçônica mecanicista do Iluminismo do culto jacobino do Ser Supremo de Robespierre. A luta de Leibniz contra os adversários de Kepler dentre os cartesianos e newtonianos demonstra o ponto crucial em questão na forma mais imediatamente inteligível e historicamente mais atual.

Desde o final do século XVII até o começo do século XX, essa questão está corporificada nas formas matemáticas das magnitudes geométricas, as “não-algébricas”, “transcendentais” e “transfinitas”; cada uma delas, sucessivamente, representando simplesmente o progresso na compreensão do mesmo assunto já tratado pelos usos precedentes. Por razões que já consideramos anteriormente, a possibilidade de uma representação inteligível do ordenamento preciso, tanto do *Vir a Ser* dentro do espaço-tempo físico, quanto o conhecimento humano deste *Vir a Ser*, se situa dentro do escopo das noções combinadas de uma curvatura harmonicamente ordenada, subjacente ao espaço-tempo físico, e do emprego das formas geométricas de matemática associadas sucessivamente com o “não-algébrico”, “transcendental” e “transfinito” que re-presentem a ordenação de eventos dentro daquela curvatura.

Assim, a axiomática mecanicista de conceitos cartesianos e newtonianos é a fonte persistente não apenas do citado equívoco newtoniano do “relojeiro”, de que o nosso Universo seja entropicamente ordenado. A mesma loucura aristotélica, chamada de método dedutivo/indutivo, é a única forma racionalista de operação responsável pela crença num *deus ex machina* (vide Anexo IV). É, também, da mesma maneira, a sofística racionalista empregada para apoiar a versão fisiocrática da fé populista, “fundamentalista” e gnóstica³³ na misteriosa “dádiva” da deusa Mãe-Terra Gaia, também chamada de “Mãe-Natureza”.

Como o antigo *organon* aristotélico, o moderno método dedutivo/indutivo não permite qualquer esquema consistente, a não ser o de um Universo de curvatura constantemente linear do espaço-tempo físico, um Universo de interações lineares de pares de corpos em espaço linear e tempo linear. O corolário disso, em um sistema linear situado dentro de um espaço-tempo constantemente linear, pode ter uma representação consistente nos termos do método dedutivo/indutivo.

O método aristotélico ou “neo-aristotélico” não poderia representar a ordenação do nosso Universo real em geral ou, mais enfaticamente, de um processo vivo ou vivo-pensante.

Isto é um corolário do fato de o esforço inevitavelmente fracassado de entender o Universo real, ou os processos vivos, ou o pensamento humano, de um ponto de vista aristotélico ou neo-aristotélico, acabar conduzindo por fim a algo como um fantasma oculto gnóstico, cartesiano ou newtoniano, o *deus ex machina*. A rejeição cartesiana e newtoniana da forma não-algébrica de um cálculo *válido*³⁴ ilustra como o ocultismo gnóstico se infiltra pelas fendas inerentes axiomáticamente ao conjunto mental dedutivo.

Mais simplesmente, o domínio *não-algébrico* possui dois modos de existência ostensivamente equivalentes: um geométrico e um físico. Neste momento, é suficiente, para demonstrar o fato, limitar a atenção à vizinhança da ciclóide.

Formalmente, há a existência geométrica demonstrável da ciclóide e o sistema de evolutas e involutas a ela relacionadas. Estas definem funções não-algébricas que existem dentro das fendas das algébricas. Assim, por razões formais, o argumento que sugere a existência de algo funcionalmente eficiente fora do escopo das funções algébricas obriga a que as funções não-algébricas sejam preferidas a um *deus ex machina* irracional e evadido de ocultismo.

Fisicamente, já indicamos algumas das características experimentais cruciais do espaço-tempo físico que correspondem à ciclóide e formas próximas de funções. Já que tal evidência crucial conclusiva está fora de dúvida, propor manter uma representação da física em desafio teimoso contra

esta evidência é um irracionalismo oculto e arbitrário do gnóstico.

Assim, não podemos excluir essas funções, mesmo que somente por razões formais, já que elas passaram a ter existência geométrica formal por métodos de construção cuja autoridade não poderia ser negada sem jogar fora toda a geometria. Não apenas estas funções possuem uma existência formal dentro da matemática, mas são funções com uma correspondência matemática unívoca com princípios físicos elementares. Assim, nenhuma física verdadeiramente racional poderia existir sem levar este domínio não-algébrico a uma posição de liderança em autoridade. Finalmente, estas funções atingem diretamente a posição dentro da qual insistem os cartesianos e newtonianos gnósticos, onde se escondem os “demônios de Maxwell” do *deus ex machina*; neste caso, ignorar o transfinito não é um erro, mas uma fraude voluntária.

A concepção transfinita de um “Vir a Ser” não apenas é indispensável para uma representação racional, mesmo de um hipotético espaço-tempo físico inorgânico. Não pode haver compreensão racional de processos vivos ou pensantes sem ela. Isto já foi implicitamente provado por Leonardo da Vinci *et al.*, como a ordenação harmônica de processos vivos, em morfologia de crescimento e função geometricamente auto-similar, em congruência com a Secção Áurea. Como notamos anteriormente, isto se tornou, com êxito, a base para determinar a curvatura do espaço-tempo físico por Kepler. A morfologia do crescimento econômico bem sucedido, assim medido em termos de incremento da densidade populacional potencial, possui as mesmas características morfológicas harmônicas. Assim, os processos mentais criativos, que ocasionam tal crescimento, definem uma função das mesmas características harmônicas gerais.

A forma mais alta de atividade funcional que se conhece existindo dentro de um processo é, portanto, o nível mínimo da forma de atividade característica daquele processo inclusivo como uma totalidade. Assim, se o Universo inclui processos vivos ordenados, isto é, *neguentrópicos*, as características *míni-*

mas do ordenamento preciso do Universo como um todo determinam que este Universo seja neguentropicamente ordenado como um todo. Portanto, já que a razão criadora eficiente entre indivíduos soberanos é uma característica do relacionamento bem sucedido da sociedade entre homem e natureza, a característica mínima do Universo é representada por uma ordenação transfinita do *Vir a Ser* congruente com a definição da razão criadora humana individual.

Esta última consideração, por sua vez, torna-se a base para determinar a congruência conjecturável e axiomática entre subfases do Universo em geral, ou de comportamentos humanos em particular. Assim, finalmente, deve ser julgada a coincidência entre os decretos dioclecianos, os fisiocratas, o dogma de “livre comércio” de Adam Smith e Karl Marx.

Algumas imoralidades comuns

Os decretos daquele antecessor das políticas malthusianas persistentes do presidente George Bush sobre controle populacional, o imperador Diocleciano, previam banir de fato o progresso tecnológico e fixar um teto para a população total, limitando o seu crescimento localmente. Contudo, 1.600 anos depois, a população da mesma região era muito maior, mais densa, mais longeva e menos empobrecida. Na verdade, foram os bloqueios contra o crescimento populacional e contra o incentivo ao progresso tecnológico que caracterizaram o colapso do Império Romano no Ocidente e também, posteriormente, em Bizâncio.

Similarmente, começando aproximadamente no ano do assassinato do Presidente John F. Kennedy, a dionisíaca “Nova Era” da contra-cultura neomalthusiana de irracionalismo do rock, drogas e sexo, foi lançada de um modo de recrutamento em massa, da Inglaterra de Aleister Crowley para os Estados Unidos da América. Sob os sucessores do Presidente Kennedy, a economia dos EUA e o nível de inteligência de sua população foram sistemática e intencionalmente destruídos por mudanças políticas sucessivas na

direção de uma sociedade “pró-ecologia”, “antitecnologia”, “antinuclear” e “pós-industrial”.

Assim, desde, aproximadamente, 1967-68, tem havido um declínio acelerado visível e geral na produção física útil per capita e por hectare nos EUA. Isto começou, durante o período de 1966-68, como um declínio geral na taxa de crescimento da produtividade física, e tornou-se um declínio absoluto mais ou menos a partir de 1968-70.

A opinião oficial dos EUA preferiu ver isto em termos contrários. Como as velhas fitas métricas econômicas da década de 1950 indicavam uma queda, o governo dos EUA e outras instituições adotaram fitas métricas recém-projetadas para medir o declínio de acordo com uma nova definição de crescimento. Estas mudanças nas fitas foram de molde a mudar o padrão de comportamento da população, que conseguiu substituir a sentença “minha família vai passar fome” por “conseguimos comer menos”.

Um dos primeiros indicadores gerais de um declínio secular em direção a uma nova depressão nos EUA foi uma queda líquida na qualidade per capita da infra-estrutura econômica básica corrente, a partir de 1970-71. O precedente foi a forma pela qual os especuladores transformaram em sucata a Estrada de Ferro de New Haven: quase toda a manutenção da via e do material rodante foi interrompida. A curto prazo, este corte das despesas de manutenção da New Haven foi usado para aumentar os desembolsos com dividendos dos acionistas da empresa. O preço da ação da New Haven disparou nos mercados. Depois, os especuladores que controlavam a empresa venderam a sua participação acionária com um vasto lucro nominal, deixando a companhia ferroviária parecendo um monte de sucata falida. Isto é o que foi feito com a economia física dos EUA como um todo, no intervalo 1965-90.

O mesmo princípio de “condução de negócios” exemplificado pela espoliação da Estrada de Ferro de New Haven pode ser aplicado às populações. Fecha-se o que parecem ser instalações produtivas relativamente menos lucrativas, aumentando assim, presumivelmente, a lucratividade nominal

média das empresas sobreviventes. Então, aumentam-se os ganhos per capita pelo extermínio em massa dos desempregados e pobres: o mais consistente e verdadeiro “darwinismo social”. Vimos este “darwinismo social” ser praticado em 1990 contra os novos estados da República Federal da Alemanha, por insistência dos co-pensadores de Margaret Thatcher e seu ministro da indústria e comércio antigermânico, Nicholas Ridley.

No caso menos extremo, há a economia nacional na qual a aparência é de que alguns são ricos e alguns são pobres. No caso extremo, algum darwinista social poderia propor aumentar o nível de riqueza per capita, eliminando uma determinada porção dos pobres. Isto foi feito, na prática, nos novos estados orientais da República Federal da Alemanha durante o segundo semestre de 1990. Em um outro caso extremo, os EUA o fizeram mais notavelmente nas décadas de 1970 e 1980, fechando cada vez mais indústrias e fazendas para usar a mão-de-obra barata estrangeira e aumentar a lucratividade na venda de bens para compradores nos mercados dos EUA! A insanidade da prática política ilustrada por cada um desses exemplos deveria ser imediatamente visível.

Deduzamos o princípio comum que caracteriza tais práticas de política econômica insanas e imorais.

A prosperidade de uma nação é, à primeira vista, uma questão de bem-estar físico auto-gerado per capita e por hectare. Isto requer não apenas um nível médio de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho; requer que, em todo e qualquer caso, as forças produtivas do trabalho não caiam abaixo de um certo mínimo. Isto exige que o padrão da família nuclear não caia abaixo de um mínimo, caso a caso. Assim, a prosperidade geral de uma nação não é só uma função de seu potencial produtivo médio, mas deve também levar em conta como termo variável determinante tanto os mínimos e máximos das faixas superiores e inferiores, inclusive os proverbiais 99 por cento dos lares de família nuclear.

Resumindo este ponto: ele é a relação de cada hectare com todos os hectares, e do potencial produtivo de cada indivíduo

com o de todos indivíduos. É uma relação entre o indivíduo e a economia tomada como um todo.

Pode ser a opinião apaixonadamente emitida por alguns, de que o que estamos dizendo não seja verdade ou seja virtualmente irrelevante, mesmo que verdadeiro. Tanto pior para as suas opiniões enganadas. Estamos aqui considerando princípios demonstráveis de economia física.

Um homem pode pular num precipício para demonstrar o seu desprezo para com o princípio da gravitação; o princípio da gravitação responde ao desafio ignorando a opinião do homem, com as conseqüências relevantes resultantes. É assim com as questões aqui discutidas. É a conseqüência inevitável dos decretos dioclecianos, do “livre comércio” e da doutrina marxista, que expõem muito conclusivamente os erros axiomáticos comuns de toda e qualquer das opiniões que aqui atacamos.

Assim, a realidade responde às características axiomáticas comuns às três loucuras com tipos consistentes de efeitos, como vemos hoje no colapso quase simultâneo dos sistemas econômicos comunista e anglo-americano.

O maior crime econômico é a desvalorização daquilo que separa de forma absoluta a personalidade humana individual e soberana, superando todo e qualquer animal. Este crime inclui a desvalorização do dever da sociedade e do próprio indivíduo para com a promoção do desenvolvimento daquela centelha divina de potencial para a razão criadora, que torna o homem absolutamente superior a todos os animais. O desenvolvimento necessário não é limitado aos poderes no indivíduo, mas inclui as condições ambientais apropriadas para a expressão frutífera daquele potencial produtivo.

O benefício ocorre para a sociedade, não como a somatória aritmética de indivíduos caso a caso; ocorre na participação individual em benefício da sociedade como um todo.

O reflexo do “Uno e os Múltiplos” nesta relação de fases se apresenta, primeiramente, de dupla maneira. Em uma, é a sociedade como uma unidade soberana indivisível, que permanece como análogo ao *Uno* em relação aos *Múltiplos* indivíduos dos quais a sociedade, neste aspecto contrário,

aparentemente se compõe, como mera agregação. Na segunda maneira, os processos criativos soberanos da pessoa são o procurador *transfinito* do *Uno*, e a sociedade é tratada em seu aspecto como o *Múltiplo*. Finalmente, as duas visões são englobadas pelo correspondente ponto de vista superior.

Em outras palavras, temos, de início, tanto o desenvolvimento do indivíduo quanto do *Múltiplo*, pela sociedade, novamente como *Uno*, e também o *transfinito* correspondente à ordenação da continuidade das *Múltiplas* fases sucessivas do desenvolvimento da sociedade, determinadas pela ação do potencial criador soberano no desenvolvimento da personalidade individual. Esta relação dupla e recíproca define implicitamente o que integra as duas visões, englobando ambas em uma única.

A verdadeira riqueza de uma sociedade é apenas de forma efêmera a sua forma de riqueza estática e correntemente desvalorizada, erodida, no processo de desaparecimento através do consumo ou outra forma de desgaste. A verdadeira riqueza da sociedade é a taxa, per capita e por hectare, à qual está sendo gerada a densidade populacional potencial da futura sociedade.

Aumentar uma parte às expensas de alguma outra é o que Rosa Luxemburgo e Preobrajensky reconheciam como acumulação primitiva. É o que o sistema liberal dos EUA e seus colegas relativamente estúpidos do tipo “conservadores à la Friedman” consideram como o seu “darwinismo social” orientado para o mercado, a sua própria “acumulação primitiva” marxista, que arruinou as economias imperiais domésticas anglo-americanas, como os césores romanos e seus ancestrais usaram meios similares para destruir as economias internas da Itália e, depois, as das colônias que espoliaram para suprir temporariamente uma economia italiana arruinada.

A *ciência da economia política* é nada menos do que a superação, por meio da demonstração absolutamente crucial, dos equívocos *materialistas* dos ocultistas britânicos e franceses do Iluminismo de René Descartes, John Locke, Isaac Newton, Adam Smith e Bertrand Russell (1872-1970). A *existência continuada da espécie humana tem dependido da*

causa espiritual eficiente promovida com a ajuda dos efeitos materiais desta causa. A relação eficiente, a consubstancialidade essencial, eficiente e ontológica do material e do espiritual verdadeiros é a evidência crucial fornecida pela existência humana histórica até hoje. De nenhuma outra forma e, certamente, de nenhuma forma contrária, nossa espécie poderia continuar a existir.